SOBRE O ENVELHECIMENTO, A MÍDIA E A MORTE NO CONTEMPORÂNEO

Franciele Roberta Cordeiro¹

Monalisa da Silva Pinheiro²

Dayane de Aguiar Cicollela Correio³

resumo

Este artigo tem como objetivo dialogar com os discursos circulantes sobre a morte na mídia. As problematizações são realizadas sob a ótica dos Estudos Culturais. Aponta-se um breve histórico a respeito da mídia e o modo como se dá visibilidade à morte. Os discursos que os meios de comunicação fazem circular interpelam os sujeitos para a produção da morte pacífica e controlada, facilitando o governo dos processos vitais, por parte do sujeito, da família e dos profissionais de saúde. Controlar a vida e a morte, minimizando riscos e sofrimentos, torna-se um imperativo sob o qual os indivíduos estão

1 Graduada em Enfermagem. Mestre em Enfermagem. Doutoranda em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: franciele.cordeiro@ufrgs.br.

2 Graduada em Enfermagem. Mestre em Enfermagem. Doutoranda em Enfermagem no Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: monalisapinheiro@gmail.com.

3 Graduada em Enfermagem. Mestre em Enfermagem. Professor Assistente do curso de Enfermagem do Centro Metodista Universitário (IPA). E-mail: dayane.cicollela@gmail.com.

expostos e são subjetivados. Dessa forma, a constituição de sujeitos que governam suas vidas torna-se produtivo devido aos comportamentos de segurança e proteção que somos levados a adotar. Para além, as responsabilidades e cuidados que assumimos repercutem para a boa organização social.

palavras-chave

Enfermagem. Informação. Morte.

1 Introdução

O envelhecimento populacional torna-se, cada vez mais, uma preocupação para os sistemas de saúde em todo o mundo. Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da Organização Mundial da Saúde, a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros é de 73,8 anos. Em países como os Estados Unidos da América, essa expectativa é de 78,7, elevando-se ainda mais em países como o Canadá e a França, que apresentam expectativas de vida de 81,1 e 81,7 anos (UNDP, 2013). Esses dados demonstram que as pessoas têm vivido mais, entretanto, pouco se referem à qualidade de vida, tendo em vista o significativo aumento das doenças crônicas que acometem as pessoas, especialmente durante o processo de envelhecimento.

No Brasil, identifica-se uma transição na estrutura etária que acompanha o processo de urbanização do país e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Neste cenário, verifica-se que ao mesmo tempo em que se exige a atuação do Estado para promover saúde e diminuir a mortalidade, também se conclama os sujeitos a participarem e produzirem comportamentos e hábitos que legitimem as práticas instauradas no coletivo (WONG; CARVALHO, 2006). A transição etária no Brasil está associada às táticas do Estado que culminaram na queda da fecundidade e da mortalidade, concomitante ao aumento da expectativa de vida (BRASIL, 2006). Em termos mundiais, identifica-se que, a partir da segunda metade do século XX, as doenças infecciosas deixaram de ser a principal causa de mortalidade. Entre tantos fatores, isso pode ser atribuído aos investimentos em estruturas sanitárias, no tratamento de água e esgoto, na consagração da antibioticoterapia, além do desenvolvimento da terapia genética e da medicina molecular (SILVA et al., 2013). Tal fato coincidiu com o aumento do índice de doenças crônicas como o câncer, o diabetes *mellitus*, o Alzheimer e insuficiências cardíacas e renais, as quais demandam cuidados

específicos, acarretam perdas e limitam a funcionalidade dos indivíduos. Apesar dessas limitações, a medicina contemporânea dispõe de tecnologias que anseiam compensar os efeitos patológicos decorrentes do envelhecimento, a exemplo disso as terapias hormonais para homens e mulheres que vivem as mudanças fisiológicas desse período. Nikolas Rose nos fala de como esses processos podem ser definidos e modificados pela ciência, especialmente pela biotecnologia, dando seguimento ao exemplo, segundo o autor:

As normas do envelhecimento feminino foram remodeladas pela terapia de reposição hormonal, ou as normas do envelhecimento da sexualidade masculina remodeladas pelo Viagra, o processo 'normal' de envelhecimento parece apenas uma possibilidade das escolhas, pelo menos para aqueles do rico Ocidente. (ROSE, 2013, p. 33).

Verifica-se desde o final do último século, especialmente nas últimas duas décadas, uma preocupação por parte de instituições como a Organização Mundial da Saúde com o modo em que as pessoas têm experienciado o envelhecimento e o processo de morrer (WHO, 2014). Como nos fala Elias (2001, p. 80), “[...] os processos biológicos (do envelhecimento) são bem conhecidos pela ciência e parcialmente compreendidos. Há extensa literatura sobre o tema. Muito menos compreendida, e abordada pela literatura, é a própria experiência do envelhecimento”. Apesar de não ser processo homogêneo, devido às especificidades étnicas, culturais, econômicas e sociais de cada local, o que se observa é que cada vez mais idosos estão acometidos por algum tipo de doença crônica. Progressivamente, essas enfermidades culminam em um quadro em que não se tem mais perspectiva de cura.

Independente da faixa etária, a morte trata-se de algo inevitável. Apesar disso, é comum a associação entre morte e envelhecimento, tendo em vista que quanto maior a idade do sujeito, maior a suscetibilidade para o adoecimento e para o morrer (PORTO; ROECKER; SALVAGIONI, 2013). No momento atual, observam-se deslocamentos em torno do final da vida. Dentre eles, destacamos a busca por um processo de morrer ativo, sem dor, tranquilo e que seja decidido pela pessoa que morrerá. Há uma convocação do sujeito, por parte da mídia, para planejar e pensar sua morte, sobre a maneira como se deseja morrer nos dias atuais, indicando-se aos adultos/velhos a elaboração do testamento vital com os desejos para o final da vida (CORDEIRO, 2013).

Dentre as informações que circulam nos artefatos, a morte constantemente se faz presente. Esse é o meio pelo qual tomamos conhecimento sobre aqueles que faleceram, o modo pelo qual faleceram e como isso impactou em algum aspecto da organização social. É através dos noticiários que os dados

relativos a mortalidade ganham significação e é por meio deles que os debates sobre o prolongamento da vida são polemizados. A mídia atua enquanto moduladora do corpo e da alma do sujeito moderno. Ressaltamos que ao mencionar a palavra alma, não a utilizamos no contexto da transcendência, como algo supremo. Assim como Foucault (1999), acreditamos que a alma é resultante de um construto histórico, do lapidar diário de uma realidade que por meio do poder produz efeitos que nos constituem enquanto mulheres, homens, crianças, adolescentes, enfim, as mais diversas posições que podemos ocupar. Na constituição desse corpo e alma, a mídia dispõe comportamentos, prescreve condutas, indica os caminhos que devemos seguir em relação às práticas para obter saúde, felicidade, riqueza e, inclusive, uma “boa morte” (CORDEIRO, 2013).

A mídia opera como linhas de luz que dispõe as visibilidades e as dizibilidades sobre a morte. Sendo assim, é interessante o seu manuseio para conhecer os enunciados sobre o final da vida e como esses constituem o governo dos corpos em processo de morrer. O olhar a partir do referencial pós-estruturalista apresenta diferentes possibilidades de análise, dentre elas, elegemos o Biopoder. Esta forma de poder opera por meio do conhecimento dos sujeitos, garantindo o seu controle com base em cálculos estatísticos, da apropriação de territórios e da disposição de estratégias que potencializam a vida, pulverizam os riscos e aumentem a produtividade, assegurando a organização de uma sociedade (FOUCAULT, 2008). Nesta reflexão, discutimos os discursos (textos e imagens) circulantes sobre a morte na mídia, sobre a constituição de sujeitos, por meio de discursos e imagens que ganham legitimidade e circulação por esse dispositivo. Acreditamos que as verdades dispostas pelos artefatos contribuem com a formação de certo tipo de prática em relação ao final da vida, especialmente quando se trata de pessoas idosas. Pensamos que a mídia apresenta maneiras pelas quais os idosos em processo de morrer podem enfrentar esse momento de maneira ativa, menos dolorosa e tranquila. Com relação aos aspectos éticos sobre o uso das imagens neste trabalho, destacamos que as mesmas são de domínio público, conforme consta na Lei Nº9.610/1998. Utilizamos as imagens respaldadas, especialmente, nas declarações concebidas no Artigo 46, capítulo IV, Inciso I e III (BRASIL, 1998).

A disposição de imagens nos artefatos midiáticos é uma das estratégias utilizadas para dar veracidade e proximidade entre espectadores/leitores e daquilo que se quer transmitir. Escolhe-se cuidadosamente o tipo de luz a ser utilizada, a melhor linguagem oral e pictórica a ser disposta, o jogo de imagens e luzes a serem articulados, visando à manutenção e a atração do espetáculo (KELLNER, 2003; SONTAG, 2003). Com relação às imagens sobre morte, destaca-se o sofrimento, expresso por meio do sangue, da tristeza e da violência. Captar o momento da morte foi, desde o final do século XIX com as guerras, uma forma de chamar atenção para a degradação humana, ao mesmo tempo em que se buscava chocar com imagens e efetuar o que as palavras por si só não conseguiam: o fim das atrocidades nos campos de batalha. A Guerra Civil Espanhola foi um marco no que diz respeito à inserção da imprensa no cenário social, bem como na produção de imagens sobre destruição e morte. Muitos fotógrafos fizeram parte de equipes que eram responsáveis por atuar, por meio da fotografia, o balanço das perdas e ganhos durante as batalhas. As imagens circulavam em revistas e jornais espanhóis, e, por meio da imprensa, a população adentrava as lutas (SONTAG, 2003). Apesar dos textos já circularem, vinculados principalmente nos jornais, as imagens chocavam e comoviam as pessoas. Além disso, a imagem marca, não somente na memória, mas também se fixa na história como algo que não poderá ser esquecido. Um exemplo clássico é a fotografia de um homem, capturada por Robert Capa durante a Guerra Civil Espanhola (Figura 1). Na fotografia, o homem está sendo alvejado, em queda sobre sua própria sombra, aparentemente sem chances de defesa, caindo junto de sua arma. Temos, aí, uma primeira aproximação com a realidade e com o sofrimento que a mídia começaria proporcionar.

Figura 1 – Fotografia da morte de um soldado durante a Guerra Civil Espanhola, de Robert Capa.

Fonte: <www.oescafandro.com>. Acesso em: 13 fev. 2013.

Despontava um tipo de cultura que passaria a intervir estrategicamente no cotidiano. A cultura midiática surge como uma ferramenta de comercialização e transformação da cultura que, com base nas imagens, venderia a dor, o sofrimento e também as novas tecnologias, comportamentos, hábitos alimentares, entre outros, indicando os caminhos políticos e culturais a serem escolhidos pela população (KELLNER, 2003). Surgiram revistas semanais de ampla circulação, em especial a francesa *Vu*, a americana *Life* e a inglesa *Picture Post*, que, com base em revistas como a *National Geographic*, dedicaram-se inteiramente às fotos e à história por imagens. A inserção das tecnologias nos meios de comunicação trouxe o ar do “real” e impulsionou o desenvolvimento da cultura midiática. A guerra do Vietnã foi a primeira a ser transmitida simultaneamente, proporcionando teleintimidade dos sujeitos com a morte, apresentando o poderio tecnológico que estava ascendendo (SONTAG, 2003).

A aproximação entre mídia, vida social e política tornou-se uma das grandes armas da disseminação de culturas, costumes e alianças entre países,

especialmente durante as guerras. Para exemplificar, apontamos a integração entre os Estados Unidos da América e países da América Latina durante a Segunda Guerra Mundial, dentre eles o Brasil. Por meio da cultura cinematográfica que estava em expansão, os estúdios de Walt Disney criaram, nesse período, visando à política da boa vizinhança, personagens e filmes que traziam como enredo os costumes, os hábitos, as belezas naturais de países como a Argentina, o México e o Brasil. No caso do Brasil, o personagem Zé Carioca foi um importante aliado: tanto para amenizar os boatos sobre o possível apoio de Disney ao regime nazista como também para afastar uma possível investida comunista no país, valorizando os Estados Unidos como nação amiga, como os próprios passaram a se autodenominar (Figura 2) (GUAZZELLI FILHO, 2009).

Figura 2 – Cena do filme *Alô, Amigos!*, da Walt Disney Pictures.

Fonte: <www.radioalo.com>. Acesso em: 20 fev. 2013. *Alô, Amigos!*. Direção de Wilfred Jackson, Jack Kinney, Hamilton Luske e Bill Roberts. Produção de Walt Disney. S.I: Walt Disney Pictures, 1942. P&B.

Ao analisarmos rapidamente os filmes *Você já foi à Bahia?* e um trecho de *Alô, Amigo!*, no qual Zé Carioca apresenta o Brasil ao estadunidense Pato Donald, vemos uma série de imagens que demonstram a sobreposição do olhar

americano, extremamente etnocêntrico. O olhar de Donald sobre Zé Carioca é sempre de surpresa, como se estivesse em contato com o exótico. De certa forma parece, visto a redutibilidade da cultura brasileira, que se resume a samba, cachaça, mulher e natureza. O jogo de imagens, em ambos os filmes, apresenta oscilações de cores que atraem os espectadores, bem como as músicas que embalam as visitas. As cores das roupas que os personagens vestem remetem às nacionalidades de ambos, dando a identidade e levando ao reconhecimento do público. É interessante observar o tamanho de Donald perto de Zé Carioca, que por vezes parece ser o dobro, especialmente quando o papagaio é reduzido a tamanhos minúsculos (Figura 3).

Figura 3: Cena do filme *Você já foi à Bahia?*, da Walt Disney Pictures.

Fonte: <www.youtube.com.br> . Acesso em: 23 fev. 2013. *Você já foi à Bahia?*. Direção de Bill Roberts, Clyde Geronimi, Harold Young, Jack Kinney e Norman Ferguson. Produção de Walt Disney. S.l: Walt Disney Pictures, 1944. P&B.

É possível, por meio destes exemplos, termos uma noção do quanto a cultura midiática participa dos jogos econômicos, políticos e sociais. Quase que de maneira imperceptível, ela invade os lares, produz risos, faz chorar,

ao mesmo tempo em que adentra o corpo e a alma dos sujeitos, constituindo verdades que modificam os modos como nos subjetivamos.

No contemporâneo, as notícias com imagens que vinculam a morte, especialmente em situações de violência, provocam mal-estar e questionamentos relacionados às ameaças diárias. Dessa forma, convive-se com o risco e o medo. Tais discursos não circulam sem uma finalidade. Utilizar imagens que representam ameaças à vida configura-se como uma estratégia para o governo dos corpos, partindo da ideia de cuidado individual, ou seja, parte de uma lógica neoliberal, onde cada sujeito é chamado a ser o responsável pela sua saúde, pela sua segurança e por evitar aquilo que possa ameaçar sua integridade. Trata-se de um trabalho imaterial, no qual se exige uma alta capacidade de comunicação, tomada de decisão, criatividade, e mais do que isso, gestão dos acontecimentos, do imprevisível e de si (LAZZARATO, 2006). Os cuidados e a ação de cada um garantem a produtividade de uma lógica de segurança e proteção à vida. Somos chamados a cuidar da saúde, minimizando as intervenções do Estado, de forma que ocorre a produção de uma sensação de insegurança e medo com base nas imagens da morte e da doença, que causam desconforto e impressionam. É esse medo que deve impulsionar o cuidado de cada um sobre si, a fim de evitar a sua morte e a manutenção da vida.

Assim, a cultura da mídia foi e é em grande parte responsável pela constituição de identidades e formação de lugares a serem ocupados pelos sujeitos na sociedade (KELLNER, 2001). Nos filmes, por exemplo, é possível identificar a prescrição das roupas do momento; eles ditam a moda e fazem circular comportamentos e hábitos. Por exemplo, as produções cinematográficas das décadas de 1970, 80 e 90 traziam em suas tramas personagens que fumavam e bebiam, em sua maioria jovens, apontando as conjunturas para a constituição de um tipo rebelde e transgressor de adolescente (FISCHER, 1996). Os filmes em torno do universo feminino giravam em torno da busca pelo príncipe encantando, ainda muito influenciado pelos contos de fada e os discursos que produziam mulheres a cuidarem da organização da vida familiar. Com o fortalecimento do feminismo e as modificações ocorridas no campo do trabalho e da vida das mulheres, os longas-metragens atuais como o estadunidense *Sex and City* e o brasileiro *De pernas pro ar* retratam a mulher do século XXI: atarefada, comprometida com o trabalho, verdadeiras *workaholics* centradas na carreira, entre outros dilemas da vida contemporânea. Vemos nas telas a fusão entre prescrição do que devemos fazer com aquilo que já viemos praticando. A mídia reproduz a vida real e vice-versa (KELLNER, 2003).

No limite entre vida real e o exibido pelos meios de comunicação, as imagens que circulam sobre a morte, a violência ou a doença poderiam

sensibilizar e estimular a solidariedade diante das mobilizações que despertam. Porém, observa-se uma naturalização sobre o sofrimento e a violência que acompanha o ritmo da vida contemporânea, na qual “[...] o contato face a face é substituído pelo contato tela a tela dos monitores; as superfícies é que entram em contato. O que se perde é a intimidade, a profundidade e durabilidade da relação e dos laços humanos” (BAUMAN, 2011, p. 11). Somos tocados pelas imagens que interpelam por socorro, compaixão e para a realidade da finitude. Configura-se um discurso que nos leva a pensar sobre as relações entre vida e morte. Entretanto, com a mesma velocidade que nos atingem, se esvaecem. A morte, por meio das imagens, produz efeitos simbólicos, provocando nuances entre a naturalidade e convívio pacífico com esse acontecimento e uma repulsa como forma de proteção (RODRIGUES, 2006).

Como imagens que nos chamam a olhar e pensar sobre a morte, destacamos aquelas que apontam o sujeito como o responsável pelo seu fim. Estas passaram a circular no Brasil especialmente a partir dos anos 2000, quando emergem as discussões sobre os Cuidados Paliativos, as Diretivas Antecipadas de vontade sobre o final da vida, entre outras contingências em torno do morrer. A mídia retrata aqueles que morrerão, representados principalmente por pacientes oncológicos (geralmente idosos) ou pessoas acometidas pela síndrome da imunodeficiência humana adquirida (AIDS).

Os sujeitos destacam-se diante a fundos nebulosos e escuros que denotam a solidão e as incertezas do fim. Algumas dessas imagens simbolizam paz, serenidade e continuidade, por meio de um feixe que levaria a um local semelhante a um céu (Figura 4). A mão é outra figura que frequentemente aparece, por vezes representando o afago sobre outra mão, por vezes denotando a singularidade e o direito de decidir sobre o fim (Figura 5). Simbolicamente, a mão traz a ideia de conforto, carinho e solidariedade, assim como pode trazer à tona o que só o indivíduo é capaz de elaborar.

Figura 4 – Vivenciando o final da vida de maneira tranquila. Exemplo de como a mídia veicula a morte, que ocorre sem obstinação terapêutica, mas segundo as vontades de cada sujeito.

Fonte: Veja, 9 nov. 2005, p. 94. Créditos: Miriam Fichtes.

Figura 5 – *Ajuda-me a morrer*. Imagem que representa a singularidade do ato de decidir sobre o fim, ação reforçada pela mídia.

Fonte: *Época*, 25 set. 2012. Créditos: Shutterstock.

As imagens reforçam ideias e comportamentos que elaboramos em torno da morte. A inquietação que causam, na maioria das vezes, não está ligada à imagem em si, ao seu local de exposição, mas sim com os sujeitos impotentes, que são destituídos de legendas e de atenção. Configura-se o chamado “poder da morte” que se modifica de acordo com a sociedade, com o modo como os sujeitos encaram os rituais de terminalidade, suas crenças e o quão repugnante a morte se apresenta (RODRIGUES, 2006).

Conhecer como a morte é experienciada nos remete a pensar no lugar que os corpos ocupam e como são ocupados a partir de normas, valores e desejos. O corpo pode ser considerado a “origem” dos acontecimentos. No contemporâneo, ele é alvo das intervenções médicas, da área *psi*, dos educadores físicos, dos saberes religiosos e espirituais e da mídia. É este corpo o local que abriga os movimentos da terminalidade. A morte contemporânea caracteriza-se pela experiência do indivíduo, por vezes longe da família, sendo o reflexo de uma sociedade que foi impregnada pelo individualismo e pela solidão (ELIAS, 2001). A mídia circula verdades que impulsionam a constituição de sujeitos que devem ter o controle sobre o imprevisível, sobre o inevitável, sobre a morte. Entre essas verdades, podemos citar os discursos sobre os direitos no final da vida. Essa temática circunda não somente os jornais, as revistas e os noticiários. É crescente a abordagem do fim da vida em filmes, músicas e novelas. Como exemplo, citamos os filmes *Amour*, *Menina de Ouro* e *Antes de partir*, entre tantos

outros que problematizam questões éticas e bioéticas que perpassam o morrer (ARAÚJO; MERGULHÃO; NÓBREGA, 2013). Ressalta-se a visibilidade dada nesse contexto para os corpos dos idosos, denotando a crença que atravessa gerações e culturas: a de que a morte é coisa de adultos ou idosos. As notícias sobre o morrer geralmente envolvem pessoas adultas, seja para noticiar o fato da morte em si, seja para apontar caminhos para o planejamento de uma “boa morte”. Os sujeitos entrevistados em revistas como *Época*, *Veja* ou em programas televisivos geralmente aparecem acometidos por doenças crônicas, em degradação progressiva e acompanhados de um familiar. O que vale destacar nesse momento é que a morte não é específica de uma faixa etária. Apesar dos importantes números referentes à mortalidade adulta, vale destacarmos o crescente número de tumores que acometem as crianças e adolescentes, as altas taxas de criminalidade e acidentes, especialmente em países tidos como subdesenvolvidos, que refletem na mortalidade de jovens em plena idade reprodutiva. Além de se tratarem de potenciais consumidores e trabalhadores, existem as questões econômicas e demográficas que sofrem o impacto desses números, os quais implicam na seleção de estratégias de intervenção dispostas pelo Estado e que a mídia faz circular.

Como exemplo dessas estratégias, apontamos o investimento nos Cuidados Paliativos. Essa filosofia de cuidados ocupa-se de pessoas com doenças que ameaçam a vida, atuando no controle de sinais e sintomas. Vislumbra-se um cuidado diferenciado aos pacientes em processo de morrer. Esse cuidado aperfeiçoa os recursos terapêuticos, especialmente os hospitalares. Quando os cuidados paliativos são articulados com políticas públicas de atenção domiciliar, eles possibilitam que outros pacientes, potencialmente curáveis, sejam favorecidos por medidas possíveis de recuperar a saúde e a vida. Ou seja, trata-se de uma estratégia que beneficia as pessoas que morrerão e aqueles que são potencialmente investíveis pelo Estado.

Nota-se que aquilo que circula sobre a morte aparece atrelado a elementos históricos e ligados a certo contexto. As reportagens e os filmes citados anteriormente ganharam destaque ao mesmo tempo em que transcorriam os debates acerca da eutanásia e do suicídio assistido. Na França e na Inglaterra, desde 2005 ocorrem o tensionamento e a discussão sobre o que fazer em caso de agravos que acometem irreversivelmente os sujeitos. A mídia daqueles países circulou reportagens de pessoas que buscaram o suicídio assistido em outros locais, como a Suíça, e também repercutiu casos de pessoas que foram à justiça lutar pelo direito de morrer. Esses entraves resultaram, ao menos na França, na criação das Diretivas Antecipadas de Vontade e uma série de documentos que vieram dispor o que deveria ser feito em casos de pessoas com doenças fora de

possibilidade de cura. Na América Latina, a Argentina, reacendeu as discussões acerca da terminalidade (LEONETTI, 2004). Em maio de 2012, o país aprovou por unanimidade a “lei da morte digna” que permite que as pessoas decidam sobre as condições que queiram morrer. No Brasil, em agosto de 2012, foi publicada pelo Conselho Federal de Medicina a Resolução nº 1.995/2012, que dispõe sobre as diretivas de vontade antecipadas de pacientes, tratando sobre o que deve ser realizado em situações de final de vida, em casos de doenças fora de possibilidades terapêuticas, semelhante ao ocorrido nos países europeus (BRASIL, 2012).

Vemos configurar-se um jeito diferente de morrer, no qual somos chamados a decidir sobre o nosso fim. A mídia colabora para que os sujeitos ocupem determinadas posições perante a sua morte, fazendo circular as políticas e diretivas emitidas pelo Estado, pelas áreas da saúde e jurídica. As imagens, sejam elas por vídeo ou foto, aproximam o temível e o inevitável de nós, levando-nos a ter uma convivência mais próxima com os que morrem e com as sensações que o fim provoca. Dessa forma, os discursos, textos articulados com imagens, nos sensibilizam e nos tocam para comportamentos e decisões que as instituições propagam, visando à melhor e mais econômica forma de conduzir a vida e também a morte.

3 Algumas considerações para pensar (e não finalizar)

As verdades que circulam sobre a morte no contemporâneo atravessam as pessoas, especialmente pelos artefatos midiáticos, os quais adotam diferentes modos de circular as estratégias de intervenção sobre o final da vida. Essa visibilidade que se dá ao corpo moribundo e ao corpo morto produzem outras formas de subjetivação, as quais fazem predominar um padrão individualista em relação aos cuidados com o corpo, a saúde e a morte. A constituição de sujeitos que governam suas vidas torna-se produtivo devido aos comportamentos de segurança e proteção que somos levados a adotar. Para além, as responsabilidades e cuidados que assumimos repercutem para a boa organização social. A pulverização da solidariedade, da compaixão, da sensibilidade e do coletivo parece despontar como um novo imperativo no contemporâneo, onde a mídia possui um papel de fundamental importância para a propagação desse novo jeito de atuar diante das demandas sociais. As repercussões sobre esse novo modo de pensar e promover a morte, a partir do sujeito, talvez possam ser percebidas no decorrer dos próximos anos. Por fim, para os profissionais de saúde, é relevante que se atente para essas novas projeções que se fazem para os cenários de cuidado, visto o impacto nas relações entre equipe, familiares e sujeitos que morrem, especialmente no âmbito da bioética, além do ônus econômico, social, demográfico e cultural que perpassam o cenário do morrer.

ABOUT THE AGING, THE MEDIA AND DEATH IN CONTEMPORARY TIMES

abstract

This article aims to discuss the discourses about death in the media. The discussion is conducted from the perspective of cultural studies. We present a short history about the media and how it gives visibility to death. The discourses the media circulate invite subjects to produce a peaceful and controlled death, facilitating the government of vital processes, by the subject, the person's family and health professionals. To control life and death, minimizing risks and sufferings, it might be an imperative individuals are exposed to and subjectified. Thus, the constitution of subjects who control their lives becomes productive because of safety and security activities that we tend to adopt. In addition, the responsibilities and care we made have an impact for good social organization.

keywords

Nursing. Information. Death.

Referências

ARAÚJO, Alysson Carvalho; MERGULHÃO, Danilo Rafael da Silva; NÓBREGA, Pedro Ricardo da. Representação sobre o envelhecimento em Amour: notas sobre os processos socioespaciais na velhice. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 455-470, dez. 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/37348/27669>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

BAUMAN, Zygmunt. *44 cartas do mundo líquido moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BRASIL. Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 fev. 1998, Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9610.htm>. Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. Resolução Nº 1.995 de 09 de agosto de 2012. Dispõe sobre as diretrizes antecipadas de vontade dos pacientes. *Diário Oficial da União*, República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 31 ago. 2012, Seção 1, p. 269-270.

CORDEIRO, Franciele Roberta. *Eu decido meu fim?: a mídia e a produção de sujeitos que governam sua morte*. 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ELIAS, Norbert. *A solidão dos moribundos: seguido de envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. *Adolescência em discurso: mídia e produção de subjetividade*. 1996. 300 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *Segurança, Território e População*: Curso no Collège de France: 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GUAZZELLI FILHO, Eloar. *Canini e o anti-herói brasileiro: do Zé Candango ao Zé – realmente – carioca*. 2009. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.

_____. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. *Libero*. São Paulo, v. 6, n. 11, p. 4-15, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/view/3901/3660>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

LAZZARATO, Maurizio. *As revoluções do capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEONETTI, Jean. *Rapport fait au nom de la mission d'information sur l'accompagnement de la fin de vie*. Paris: Assemblée Nationale, de juin de 2004. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/12/pdf/rap-info/i1708-t1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

PORTO, Andreia Ramos do; ROECKER, Simone; SALVAGIONI, Denise Albieri Jodas. O envelhecer e a morte: compreendendo os sentimentos de idosos institucionalizados. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 3, n. 1, p. 35-43, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reufsm/article/view/7205>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

RODRIGUES, José Carlos. *O tabu da morte*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

ROSE, Nikolas. *A política da própria vida*: Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI. São Paulo: Paulus, 2013.

SILVA, Cintia de Carvalho et al. Principais políticas sociais, nacionais e internacionais, de direito do idoso. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 257-274, dez. 2013.

SONTAG, Susan. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human Development Report 2013: The Rise of the South: Human Progress in a Diverse World*. New York: United Nations Development Programme, 2013. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/14/hdr2013_en_complete.pdf> Acesso em: 15 jan. 2014.

WONG, Laura L. Rodríguez; CARVALHO, José Alberto M.. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População*. São Paulo, v. 23, n. 1, p. 5-26, jun./jun. 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Palliative care is an essential part of cancer control*. Geneva: World Health Organization, Feb. 2014. Disponível em: <<http://www.who.int/cancer/palliative/en/>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

Recebido: 04/04/2014
Aceite Final: 17/08/2015